

Não brinquem com a crise



res de Estado estão vendo que o desencadear da sucessão presidencial *sem que as candidaturas tenham sido oficialmente lançadas* é o maior desafio que as instituições políticas terão de vencer antes de 1994. O governador Fleury tem toda a razão quando diz que não se pode falar no próximo ano sem ter o atual em mente. É que o futuro se decide no presente, por mais lugar-comum que seja a afirmação. A troca de desaforos entre o presidente da República e o prefeito de São Paulo, associada às interpretações diferentes que o sr. Itamar Franco e o sr. Leonel Brizola dão às conversações que mantiveram sobre a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, veio simplesmente demonstrar que daqui para a frente, melhor dizendo depois do plebiscito de 21 de abril, o clima político tenderá a aquecer-se. Ora, que sucederá ao País se isso se der, levando-se em conta que aqueles que hoje polemizam com o presidente da República fazem-no para estar no noticiário dos jornais, convencidos que estão de que o temperamento do sr. Itamar Franco lhes fornecerá pretextos para retrucar, no mesmo nível, quando não mais baixo?

Os problemas brasileiros não permitem que a campanha sucessória e o desgaste que trará para a Presidência da República

aumentem o nível de ingovernabilidade que se começa a pressentir que existe. Se nos Estados e na maioria dos municípios é possível encontrar administrações que "governam", na União se configura um quadro de instabilidade, seja pelas incursões do presidente em diferentes terrenos, contribuindo para causar temores no mercado; seja pelo fato de no Congresso não haver lideranças capazes de impor-se às várias minorias que, somando-se, podem impedir que a administração funcione. Ora, no instante em que os candidatos, em sua "pequenez", começam a fazer dos defeitos do presidente da República as virtudes de suas candidaturas, no desejo de conquistar um eleitorado que não deseja mais a recessão, nem o desemprego, nem a insegurança, a tendência das "minorias" no Congresso será buscar aproveitar-se do imbróglio para passar a fazer mais e maiores exigências ao Executivo, e a negar-lhe — pelo menos verbalmente — apoio, com o que a impressão da ingovernabilidade só tenderá a aumentar para mal da economia e da segurança política dos cidadãos. Isto é, da segurança que os cidadãos buscam encontrar nas instituições para poder construir seu futuro político e social.

Os problemas que se apresentam à fren-

te do governo (os três Poderes, cada qual com suas atribuições e suas responsabilidades perante a sociedade) são enormes e devem encontrar, já agora em 1993, o início de sua solução. Se a disputa eleitoral fizer que os homens percam noção de quais são as tarefas que se impõem agora à classe política, esses problemas só tenderão a agravar-se, quer por sua não solução, quer pelo fato de que as soluções que o jogo político lhes der serão todas viesadas pelo *partidismo*. Com isso, o nó que se dará nas finanças, nas formas de associação civil e sindical, na reforma partidária e na da lei eleitoral será de tal ordem que o País não saberá, depois, como desatá-lo — a menos que haja quem pretenda usar o recurso que a lenda refere para o nó górdio.

Há outro aspecto, talvez mais grave que o apetite eleitoral dos candidatos "impatriotas": é o temperamento do presidente da República. Ontem, o sr. Itamar Franco voltou a falar aos jornalistas sobre muitas coisas ao mesmo tempo. No que diz respeito a este comentário, disse uma frase sibilina e explosiva: "Para mim, 94 está muito distante (...) Mas lembro que o simbolismo é antigo: cuidado com os fósforos e com o tanque de gasolina". Será possível ao País ter tranquilidade, quando o chefe de Estado diz coisas dessa ordem, que permitem tantas interpretações quantas são as pessoas, e todas elas sinistras?

A situação brasileira pode ser resumida nas palavras do governador Luiz Antônio Fleury Filho, que reproduzimos por seu sentido geral: "*A crise brasileira é séria e com ela não se pode brincar*". Não se trata do desabafo de um homem que sempre vê catástrofes à sua frente; pelo contrário, está-se diante de alguém extremamente ponderado, que, diante das perspectivas que se abrem para o País, não hesita em falar dos atuais candidatos à Presidência da República como "impatriotas", "apressadinhos", movidos pela "pequenez" (não se sabe se considera o sr. Orestes Quércia candidato...). Não é apenas o governador de São Paulo, porém, a preocupar-se com a evolução dos fatos; os governadores de Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Pará e Amazonas também sentem no ar o cheiro acre do fumo que se eleva no horizonte, enquanto os senadores José Richa e Pedro Simon (este último com a responsabilidade da liderança do governo) vêem as chamas mais perto, ameaçando a estabilidade institucional. Se se pode dizer que os dois senadores sulistas, parlamentaristas, estão inspirados pela quase certeza de que o plebiscito decidirá pelo Presidencialismo, nem por isso se pode dar de ombro às suas palavras. Pode-se, talvez, tentar reduzir o impacto que podem ter; nunca desprezá-las.

Muito menos se pode deixar de atentar para a circunstância de que os governado-